

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**VANESSA FRIDMAN ALOISIO**

**A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Porto Alegre

2013

VANESSA FRIDMAN ALOISIO

**A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia-Educação Infantil e Anos Iniciais da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Maria Conceição Pillon Christofoli**

Porto Alegre

2013

**VANESSA FRIDMAN ALOISIO**

**A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
a obtenção do grau de Licenciado em  
Pedagogia-Educação Infantil e Anos  
Iniciais da Faculdade de Educação da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul.

Aprovado em \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

**BANCA EXAMINADORA:**

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr. Maria Conceição Pillon Christofoli – PUCRS

---

Convidada: Prof<sup>ª</sup>. Dr. Marlene Rozek - PUCRS

---

Dedico este trabalho a todos aqueles que se preocupam com a educação e, por consequência, a relação professor-aluno inserida em uma sala de aula.

## **AGRADECIMENTOS**

À D'us por me guiar sempre, enviando-me energias positivas e força;

Aos meus pais Mauren e Eduardo, por serem meu porto seguro, meus fiéis amigos e conselheiros que sempre acreditaram no meu potencial e torceram pelas minhas conquistas;

Ao meu irmão Ricardo, pelo companheirismo e descontração em momentos que eu mais precisava, enchendo minha vida de alegria;

Ao meu namorado Márcio, pelo carinho, paciência e apoio em todas as circunstâncias;

Aos meus demais familiares queridos, por entenderem minha ausência durante alguns períodos e ainda sim incentivarem meus planos;

À minha orientadora querida Maria Conceição por ser um exemplo de docência e por me auxiliar com compreensão, amizade e respeito em todos os momentos solicitados;

À professora Maria Inês pelo carinho e atenção ao ler o trabalho e dar sugestões;

Aos meus mais variados professores da graduação, que me deram a base que hoje me sustenta para ser uma boa educadora;

Aos participantes da minha pesquisa por disponibilizarem tempo de suas vidas para que eu pudesse finalizar este trabalho com êxito.

O meu mais sincero OBRIGADA!

## **RESUMO**

A temática que envolve o aluno considerado cliente de redes privadas de ensino tem gerado crescentes discussões entre educadores e demais interessados ao assunto. É um tema que vem ocasionando preocupações uma vez que está diretamente ligado ao desenvolvimento do trabalho docente e a relação estabelecida entre o professor e o aluno. Dessa forma, o presente estudo pretende analisar os diferentes modelos de relação professor-aluno, identificar como se estabelecem as relações professor-aluno dentro da sala de aula na perspectiva da concepção de escola-empresa e aluno-cliente, e investigar se a concepção de escola entendida como empresa e do aluno entendido como cliente, exerce influência na relação entre o professor e o aluno. Estudos recentes apontam índices preocupantes no que se refere ao papel de autoridade do professor em sala de aula, entretanto, a presente pesquisa de caráter bibliográfico e de estudo de campo – abordagem qualitativa – evidenciou resultados que superam a lógica de professor prestador de serviço, sendo que a realidade observada desvela um professor investido de autoridade e autonomia no exercício de sua profissão, bem como de um aluno responsável e respeitoso.

Palavras-chave: Relação professor-aluno. Ensino Fundamental.

## **ABSTRACT**

The theme that involves the student considered as client private networks of education has generated increasing discussions among educators and other interested parties to the matter. It is an issue that has caused concern since it is directly linked to the development of teaching and the relationship established between the educator and the student. Thus, this study aims to analyze the different models of teacher-student relationship, identify how relationships are established between teacher-student within the classroom from the perspective of the design of school-company and the student-client, and investigate whether this design of a school as a business and the student as a customer influences the relationship between teacher and student. Recent studies indicate alarming rates in relation to the role of the teacher's authority in the classroom, however, this bibliographical research and field study with a qualitative approach, showed results that outperform the role of the teacher as a service provider, whereas observed reality unveils a teacher with authority and autonomy in the exercise of their profession, as well as a responsible and respectful student.

Keywords: Student - teacher relationship. Basic Educacion

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. PAPEL DA EDUCAÇÃO</b> .....	1
<b>2. DIFERENTES MODELOS PEGAGÓGICOS</b> .....	19
2.1. PEDAGOGIA DIRETIVA .....	19
2.2. PEDAGOGIA NÃO-DIRETIVA .....	20
2.3. PEDAGOGIA RELACIONAL.....	21
2.4. OS DESAFIOS DA PEDAGOGIA RELACIONAL NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA.....	22
<b>3. A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO</b> .....	24
3.1. EDUCAÇÃO, LIMITES E DISCIPLINA.....	24
3.2. O PAPEL DO PROFESSOR .....	26
3.3. O PAPEL DO ALUNO.....	28
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	30
4.1. COLETA DE DADOS.....	31
4.2. ANÁLISE DE DADOS .....	37
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41

## INTRODUÇÃO

Sempre me senti amada e respeitada pelos meus professores, tanto da Educação Infantil, como dos Anos Iniciais, do Ensino Médio e da Universidade. Lembro-me de quase todos, alguns com mais carinho que outros. Desde que fiz trabalho voluntário em uma escola estadual na época de colégio, construo noções sobre educação que me interessam, não somente no ato de ensinar propriamente dito, mas na comunicação e relação que há entre um professor e um aluno. Algo que me motiva e me contagia. Concordo com Wadsworth (1997, p.23) no momento em que destaca que “o aspecto afetivo tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual. Ele pode acelerar ou diminuir o ritmo de desenvolvimento”.

Recordações queridas eu tenho da minha escola que, diga-se de passagem, sempre foi a mesma. Nos 14 anos que passei estudando lá pude crescer, amadurecer e me desenvolver como cidadã, aprendendo a seguir regras, conviver com o próximo e criar minhas próprias opiniões, construindo assim a minha identidade. O estudo naquela época não era o meu foco diferentemente do que é hoje dentro da faculdade. Sempre rotulada pela família como alguém que não gostava de estudar, resolvi mostrar a todos que eu era capaz passando no vestibular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 5º lugar. Apesar da satisfação pela colocação, decidi que me formaria com uma láurea acadêmica em mãos. Para isso, percorri durante toda a faculdade me esforçando, estudando e lendo muito. Mas a área da educação e as disciplinas relacionadas, trabalhadas em sala de aula, soavam apenas como aprendizagem prazerosa e não como obrigação somente pelo objetivo da láurea.

Lembro-me do convite para trabalhar na minha escola assim que foi divulgado o resultado do temido vestibular, o que provocou sentimentos de felicidade e de preocupação, pois era o primeiro estágio. Auxiliei crianças de 1ª a 4ª Série na hora do almoço e depois do mesmo, antes de começar as aulas do turno da tarde. Cuidava da higiene e alimentação dos alunos, bem como do tempo de entretenimento. Era o momento de brincadeiras, construção de vínculos, conversas e muita aprendizagem.

Permaneci no local por seis meses e solicitei minha saída. Não era pela instituição, por colegas de trabalho, nem pelo próprio trabalho, era pela vontade de conhecer ambientes e desafios diferentes. Eu estava precisando de novas conquistas, novas metas e novos planos. Queria progredir, elevar meu conhecimento, descobrir e

avançar perante o meu caminho. Entrei assim em um pélago de incertezas e inseguranças, pois embora eu mesma tenha tomado decisão de mudar, eu teria que escolher outra escola que não aquela na qual tive referência a vida toda.

Passei a procurar um novo rumo no campo profissional e encontrei uma escola privada com nome no mercado. Fui entrevistada, realizei um teste teórico e após a parte burocrática, fui chamada para trabalhar. Não durou muito tempo, pois a minha função de estagiária volante, isto é, que permanece apenas em turmas que se estiver necessitando com urgência de auxílio momentâneo, não me agradava tendo em vista a dificuldade de construir uma relação intensa e significativa com as crianças.

No mesmo dia em que solicitei minha saída, fui indicada para outra instituição. Fiz a entrevista e me contrataram na hora. Minha função era de auxiliar uma turma fixa, inicialmente no Berçário II, com alunos de um ano que estavam começando a desenvolver a fala e o equilíbrio, e posteriormente no Pré-Maternal com alunos de quase dois anos que estavam aprendendo regras e aprimorando conhecimentos a partir de alguns já existentes. Apeguei-me muito a eles e ver a evolução gradativa de todos me deixava muito satisfeita, era algo que me transmitia sensação de missão cumprida, sucesso, êxito e vitória, fazendo com que um dos principais objetivos do meu trabalho fosse atingido.

Permaneci neste local por um ano e três meses, saindo somente pela decisão de me dedicar inteiramente à faculdade. Estava difícil conciliar o trabalho com o estudo uma vez que eu desejava que ambos saíssem com maestria e perfeição. Além disto, eu sabia que me faria bem uma vez que não existe boa prática sem um bom embasamento teórico. A direção da escola pareceu sentir a minha partida, mas ainda mais, os pais das crianças com quem tive uma relação positiva.

No início do ano seguinte, fui convidada para ser monitora do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da Universidade. Aceitei, e passados quase dois meses, uma professora me perguntou se eu não tinha interesse em ser sua orientanda em uma pesquisa sobre a Formação de Leitores em Contextos de Educação de Jovens e Adultos. Disse sim à proposta e desde então a faço com muito empenho e alegria. Sinto-me privilegiada por poder ter o contato direto e praticamente diário com grande parte dos professores da Faculdade. Não tenho dúvidas do quanto estou crescendo neste ambiente onde me sinto realizada e querida por todos.

Declaro que em alguns momentos da minha graduação tive medos e receios, sentindo-me confusa, sem saber para que lado seguir. A Faculdade de Educação abre

um leque imenso de oportunidades e o meu questionamento sempre foi para que lado devesse ir. Deixei que meu caminho fosse aparecendo aos poucos sem apressar nada. Acredito que ver de perto algumas colegas falando sobre a realidade de violência, desorganização e dificuldade das escolas públicas, me assustava, até porque eu havia estudado e trabalhado somente em escolas particulares. Isso, até chegar o momento de realizar minha prática docente, um pré-estágio de uma semana. Eu estava nervosa e só pensava em como seria entrar na sala de um 5º Ano do Ensino Fundamental em uma escola estadual e dar aulas de Ciências, Estudos Sociais e até a Matemática tão odiada por mim quando pequena.

Enfrentei com coragem o desafio e gostei da experiência. Era a hora de colocar em prática tudo aquilo julgado por mim como fundamental enquanto estudava: as perspectivas que eu visava e as teorias que considerava ideais, dando-me a oportunidade de exercitá-las refletindo sobre as minhas próprias ações, sobre a qualidade do meu trabalho e sobre a minha relação com os alunos. Foi um período de questionamentos, principalmente, visando ao crescimento dos alunos, meu objetivo era que tudo passasse a ter significado para eles, ter algum sentido.

Freire (2011, p.32) comenta algo que considero importante: “ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago”. E o diário de aula também me auxiliou nessa parte, pois foi através dele que consegui enxergar a mim e aos meus alunos. Realço que não foi fácil, pois é preciso se acostumar e se habituar a escrever todos os dias, necessitando tempo para pensar e revelar os acontecimentos e sentimentos do dia. Algo que gera uma análise única, um aprimoramento de conhecimentos e, portanto, uma experiência considerável. O autor que embasa a prática reflexiva através do diário de aula, Zabalza (2004, p.10), afirma que:

Pelas anotações que vamos recolhendo no diário, acumulamos informações sobre a dupla dimensão da prática profissional: os fatos de que vamos participando e a evolução que tais fatos e nossa atuação sofreram ao longo do tempo. Dessa maneira, podemos obter essa dupla dimensão, sincrônica e diacrônica, de nosso estilo de ensino.

Passado esse semestre da prática, chegou o momento do estágio curricular obrigatório, com 300 horas intensas de muito trabalho e muita responsabilidade. Comecei nos Anos Iniciais e me apeguei muito aos alunos. No início tive algumas dificuldades; sempre acreditei naquela professora democrática que permite que seus

alunos participem e interajam, sem que haja silêncio total em todos os momentos da aula ou sem movimentações das crianças, mas precisei fazer adaptações a esses pensamentos pela falta de limites que estava ocorrendo. Os alunos não estavam conseguindo equilibrar essa abertura que eu estava dispondo para agirem dentro da sala de aula com o momento de prestar atenção e se concentrar. Criamos regras e foi um processo longo até chegarmos ao ambiente que eu visava “adequado” para crescermos juntos. Mas conseguimos criar um local belo de ensino em que a educação problematizadora emergiu.

Era uma sala de aula cheia de alegria, carinho e respeito. Criamos uma relação de cumplicidade, companheirismo e sentimentos que hoje, me dão saudade. Lembro-me da festa surpresa que eles organizaram sozinhos para mim com um discurso lindo, e remeto-me a Marchand (1985, p.72):

No caso de uma aceitação do professor pelo aluno, o apelo do mestre que deseja ser amado encontra eco no coração de crianças sempre prontas a se apegar a quem lhes fale afetuosamente e lhes mostre um caminho agradável, sem exigir o difícil esforço pessoal. Não cessam de prodigalizar sorrisos e “gentilezas” a seu professor e não têm outro objetivo senão agradá-lo: estão tão “Impregnadas” dele que imitam seu modo de andar, seus gestos, sua voz e defendem-no quando seus colegas não cumprem suas ordens.

No estágio com a Educação Infantil os obstáculos foram diferentes e o cansaço deixou de tornar-se somente mental e passou a ser físico também. Mas eu gostava muito desse envolvimento e não contrário ao estágio anterior, a sala de aula era também repleta de amor e felicidade, justaposta de temas interessantes e oriundos dos próprios alunos. Mais uma vez estabeleci uma relação bonita, consegui exercer a autoridade, ser referência para os mesmos e aprender tanto quanto ensinei.

Cheia de sonhos, vislumbro um futuro repleto de pesquisas, descobertas e emoções. Buscarei sempre um trabalho que me satisfaça e que me deixe encantada assim como os meus estágios. Levarei comigo em todos os momentos e circunstâncias o incentivo da minha família, o apoio dos meus mais variados professores, que com carinho me deram conselhos e sem dúvida aqueles sorrisos sinceros dos meus alunos a cada manhã.

Tenho esperanças de uma educação melhor aqui no Brasil e pretendo trabalhar por ela. Acho que se eu, como futura educadora, não acreditar e lutar pelo seu avanço, ninguém o fará. Torço por uma educação na qual alunos e professores se queiram bem,

se respeitem e sejam ambos protagonistas do ensino e da aprendizagem. Que um dia os alunos das escolas públicas possam ter o mesmo ensino qualificado das particulares e que os alunos dessas particulares, como eu fui, valorizem e respeitem seus mediadores sem impor algo por saber que pagam seus salários e que, portanto, podem fazer o que quiserem como se fossem clientes de uma grande empresa.

Ao longo desta minha formação pessoal e profissional dentro das instituições privadas de ensino, percebo que as mesmas passaram por inúmeras transformações, uma vez que o mundo e a sociedade se encontram em constante mudança. Inseridos nessas transformações, estão os modelos pedagógicos e perspectivas da educação, bem como a modificação de valores, crenças e atitudes dentro do contexto escolar.

Ainda que o professor consiga, atualmente, estabelecer um vínculo próximo com o aluno, de carinho e afeto em uma relação dialógica que se dá a partir da teoria crítica, ele passa por dificuldades devido a desafios do cotidiano. Há uma maior competição no mercado precisando de maiores investimentos dentro das redes particulares. A partir disso, há um aumento no custo aluno x instituição, bem como adequação a um valor de mensalidade mais competitivo. É preciso então esforço para manter o número de alunos, o que gera um movimento cíclico: investimentos -> recursos financeiros -> manutenção/crescimento do corpo docente/discente -> investimentos. Nesse contexto, o aluno passa a ser visto como cliente e como tal, passa a exigir comportamentos como um comprador de produto.

Assim, o comportamento dessas escolas passou, em alguns casos, a ser o mesmo de empresas privadas que visam somente lucro, na qual os alunos pagam pelo serviço e, portanto, passam a ser vistos como clientes e como tal importantíssimos para sua manutenção no mercado. Os alunos conhecedores dessa situação muitas vezes expõem aos mestres a relação de subordinação a que estes estão sujeitos uma vez que pagam seus salários, e, portanto, podem decidir o que fazer, como e quando. Segundo o SINPRO:

Desse modo, temos o seguinte quadro: o contratante ou comprador desse produto ou serviço é o aluno ou, em outra hipótese, seus pais; de qualquer modo, segundo a lei do comércio, "cliente sempre tem razão". Será possível estabelecer, nesses parâmetros, uma relação pedagógica saudável entre professor e aluno? Não será justamente por isso que encontramos, cada vez mais, professores insatisfeitos com seu trabalho, infelizes, mas resignados porque 'na escola particular é assim mesmo...'?

Esse contexto denota certa violência e pressão ao mediador que está ali para criar um vínculo importante com os alunos e exercer seu papel com dignidade e respeito, sem querer que essa realidade atrapalhe sua relação afetiva. E disto, surgiu meu problema para o trabalho de conclusão: A concepção de escola, entendida como empresa e de aluno, entendido como cliente, exerce influência nas relações professor-aluno? É nessa perspectiva que me proponho a realizar o presente estudo com o objetivo de analisar os diferentes modelos de relação professor-aluno, identificar como se estabelecem as relações professor-aluno dentro da sala de aula na perspectiva da concepção de escola-empresa e aluno-cliente, e investigar se a concepção de escola entendida como empresa e do aluno entendido como cliente, exerce influência na relação entre o professor e o aluno.

Procurou-se então dividir o tema em eixos que formariam os primeiros capítulos teóricos. O primeiro é sobre o papel da educação, pois apesar de ser algo amplo é necessário dialogar a respeito principalmente quando se fala em escola/empresa, pois a educação é muito mais do que simplesmente fins lucrativos, ela é a base de tudo, algo primordial na vida de cada indivíduo. O segundo capítulo se direciona para os diferentes modelos pedagógicos evidenciando a relação professor/aluno dentro da sala de aula em cada um deles e destacando as distintas formas de se estabelecer essa relação de acordo com o momento em que se encontra a sociedade e a educação. O terceiro capítulo abrange a relação professor-aluno, os limites e a autoridade, o papel do professor, o papel do aluno e os desafios da pedagogia relacional, de trocas, de diálogo e de interação. Por fim, na parte metodológica do quarto capítulo, encontra-se a coleta de dados e a análise dos mesmos salientando os resultados que a pesquisa trouxe.

## 1 PAPEL DA EDUCAÇÃO

A educação é a base da sociedade, pois é dela a função de formação integral do ser humano em busca de um ambiente de igualdade e justiça. A educação visa a construir qualidade na vida dos indivíduos, uma vez que por meio dela é possível, sim, melhorar o local em que vivemos. Assim, ela é também um caminho para o progresso; um processo longo e contínuo, que possibilita ao homem o alcance da plenitude de suas potencialidades e capacidades. Ela age em prol da ética, da liberdade, do amor e da transformação de cada ser.

A Declaração Universal de Direitos Humanos, elaborada por representantes de diversas regiões do mundo, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, protege de forma universal todos os direitos humanos, dentre eles o da educação. Consta como algo indispensável na vida dos indivíduos, que a ela devem ter acesso. Dispõe o artigo 26 daquela norma:

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.

Mas a educação não aparece somente quando relacionada à escola: está presente também em ambientes não formais, nas próprias casas e locais de trabalho. Essa educação é para a vida, surge com o nascimento da humanidade. Antigamente não existia escola, entretanto era preciso educação para estabelecer comunicação, diálogo, relacionamentos pessoais. A partir disto, a educação aparece como necessidade de compreensão de alguns comportamentos sociais e culturais, que geralmente são transmitidos dentro de um contexto por familiares, amigos e contatos mais próximos. Portanto, educar é essencialmente humano.

A educação tem papel primordial no questionamento das pessoas por suas crenças, seus valores e os da sociedade em que estão inseridas. Esses valores são modificados a

cada geração, que busca libertação de pensamentos, de atitudes, de ideais novos e indaga aspectos do passado: se são coerentes ou não e se podem ser mudados ou não. Este indivíduo crítico e autônomo é o que a educação atual deseja formar. É o ser humano argumentador, que não fica acomodado com o que pensa ser incorreto.

Mosquera (1975, p. 12) traz colocação interessante quanto à educação:

A ciência tem mostrado que o homem é apenas uma criatura no universo, dependente das forças poderosas da constituição ambiental. Daí por que a educação é uma força de sobrevivência para o homem e de adaptações a novas situações e ambientes.

Ele acredita que a educação é uma força de sobrevivência, isto é, uma forma de o homem se manter, se equilibrar e se adaptar a um mundo repleto de outros aspectos naturais, de seleção. Esse princípio considera que a educação também é uma necessidade biológica, que faz com que os indivíduos desenvolvam suas capacidades intelectuais, de conhecimento e de informação. Sendo assim, ressalta-se novamente o acesso ao processo educativo como um direito que deve ser garantido a partir de normas, leis e regulamentos entre todas as relações hierárquicas de poder: Federal, Estadual e Municipal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que regulariza o sistema de educação no Brasil, promulgada pela última vez em 1996 com 92 artigos, assegura a todos a formação indispensável para o exercício da cidadania e o fornecimento de meios para seu progresso no trabalho e em estudos posteriores. A lei entende que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Quanto às escolas, apesar de a elas competir o compromisso e a responsabilidade de trabalhar com conteúdos e disciplinas formais em seu currículo, seu principal papel é auxiliar na criação de identidades e de cidadania dos alunos e promover um espaço em que as crianças, os jovens e os adultos possam encontrar respostas para seus questionamentos, construindo e reconstruindo opiniões. É a escola que proporciona o convívio com o outro, a experiência de trocas, de reflexão e de desenvolvimento do indivíduo. É o local em que o aluno deve explorar o que tem vontade e conhecer novos horizontes.

Com isso, as instituições de ensino não podem ser consideradas como empresas e a educação como mercadoria. A escola não pode visar somente o lucro ou considerar que o aluno é apenas um cliente; ele é antes de tudo um sujeito e não mera parte de um contrato de prestação de serviços; é um indivíduo em processo de formação. Müller refere algo que condiz com o assunto: “a educação, enquanto processo formativo, vai muito além de consumo, por maior amplitude que se queira dar aos conceitos de ‘relação de consumo’ e de ‘consumidor/fornecedor’”.

Freire não trata especificamente desta relação de consumo em escolas privadas, pois é um estudioso da educação de classes populares, mas entende a educação como uma forma de emancipação do indivíduo e, ademais, como um ato totalmente político. E, embora todos tenham direito à educação, nem sempre têm as mesmas possibilidades. A educação que promove uma qualificação, um aprimoramento de capacidades e habilidades nem sempre está disponível da mesma maneira para as diferentes pessoas da sociedade. Este conceito de Freire associa a educação à ação cultural.

Além disto, o estudioso acredita na importância da educação dialógica, da educação que visa a necessidade de comunicação, consistindo em relações horizontais - e não verticais -, nas quais há inúmeras trocas entre professores e alunos, educação contrária e oposta à tradicional. Neste sentido, a educação se mostra significativa em seu papel de interação entre os indivíduos.

Viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto da reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. [...] O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história. (FREIRE, 2011, p.133)

Partilhando ideias similares, Vygotsky acredita que a educação possui um papel importante devido a seu aspecto sociocultural e histórico-cultural: permite que o sujeito seja socialmente inserido em um ambiente historicamente já construído. Em sua teoria sociointeracionista é claramente abordada a construção de conhecimento a partir de uma interação entre o sujeito e o meio. Dessa forma, cabe à escola fazer com que essa educação aconteça; ela é a mediadora entre este sujeito e este meio, é dela a função de possibilitar uma conexão entre ambos e, conseqüentemente, conhecimento.

Piaget, tratando do desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, afirma que ela se faz presente se a escola abre espaço para isso. Aponta que a criança passa por duas fases até chegar à tão comentada autonomia. A primeira delas é a anomia: a criança muito pequena ainda não sabe discernir o que é certo e o que é errado e, portanto, ainda não consegue seguir muitas regras. A segunda fase é a heteronomia: a criança começa a obedecer às regras e normas, mas o faz normalmente por medo de punição ou para receber prêmios, sendo incapaz de julgar o ato com coerência. Quando esta criança cresce, passa a ter consciência moral de suas ações e está apta para compreender suas consequências, entrando na fase da autonomia.

Esse processo, chamado de educação moral pelo próprio estudioso, tem como objetivo principal formar a criança participativa de experiências morais que são proporcionadas pela escola. Mas uma educação em que prevalece o autoritarismo, em que sobressai a escola tradicional, não vai propiciar um ambiente adequado para formação dessa autonomia e dessa educação moral. Então, é preciso pensar e repensar maneiras de auxiliar nessa formação, o que é mais um papel da educação e das instituições de ensino.

Com todas essas ideias acima, é possível afirmar que trabalhar com a educação é um desafio constante! Uma luta difícil, mas não impossível, para que se tenha algo de qualidade, considerando todas as questões pertinentes: sociais, biológicas, de existência do indivíduo, de desenvolvimento da sociedade, e a possibilidade de reflexão que a educação proporciona para a formação de autonomia e de cidadania. Assim, não existe somente um papel da educação, ela tem muitos e importantes papéis que se diferenciam conforme o contexto.

## 2 DIFERENTES MODELOS PEGAGÓGICOS

A educação, ao longo dos anos, sofreu inúmeras modificações no que diz respeito aos modelos educacionais. Desta forma, cada relação professor-aluno inserida dentro de uma sala de aula tem como base um pressuposto epistemológico distinto, característico daquele modelo educacional. A seguir se destacam três destes modelos e suas peculiaridades (BECKER, 1994).

### 2.1 PEDAGOGIA DIRETIVA

Este primeiro modelo apresenta características de uma pedagogia tradicional: o conhecimento é mensurado e não muda; é perene, universal, linear, seriado e disciplinar. Não percebe a importância da imaginação e afetividade, priorizando apenas os processos racionais. Este conhecimento é predeterminado, fazendo com que o papel do professor seja dominá-lo e passá-lo aos seus alunos.

Dessa forma, o professor é o agente principal dentro do ambiente escolar e da sua sala de aula. Para Becker (1994, p.1) é nela que “o professor fala e o aluno escuta. O professor dita e o aluno copia. O professor decide o que fazer e o aluno executa. O professor ensina e o aluno aprende”. Assim, o aluno é considerado uma *tabula rasa* e deve “ficar em silêncio, prestar atenção, ficar quieto e repetir quantas vezes forem necessárias, escrevendo, lendo, etc., até aderir em sua mente o que o professor deu”. O aluno é inteligente, mas não tem possibilidade e oportunidade de mostrar suas capacidades.

Para Bertrand e Valois (1991, p.97):

Situado na base de uma estrutura hierarquizada, o aluno, enquanto tal, tem pouca importância. O seu único interesse é como futuro trabalhador ou futuro meio que fará funcionar a máquina social. Enquanto elo de uma cadeia, dificilmente pode exprimir seus desejos, necessidades, medos e interesses.

Da mesma forma, afirmam que “as decisões são unidirecionais, os administradores decidem, os professores aceitam e aplicam, e os alunos submetem-se e obedecem” (BERTRAND e VALOIS, 1991, p.103). Assim, na visão do professor, o aluno não é nada e ele deve ensinar tudo, considerando-o sem capacidade de compreender o saber.

O aluno, por sua vez, não entenderá nenhum conteúdo sem o professor, que acredita que o conhecimento é transmitido. Isso decorre de sua concepção epistemológica.

Essa pedagogia é denominada empirista e concebe uma relação autoritária, com disciplina, silêncio, concentração, obediência, submissão e subordinação. E como há uma teoria envolvida ninguém se sente culpado por exercer com rigor esse autoritarismo. É algo considerado correto, adequado e apropriado. O professor nunca aprenderá, pois ele já sabe e só ele sabe. Assim, Becker (1994, p.4) declara que “é uma relação impossível. É o modelo, por excelência, do fixismo, da reprodução, da repetição. Nada de novo pode - ou deve - acontecer por aqui”.

## 2.2 PEDAGOGIA NÃO-DIRETIVA

Ao contrário do que ocorre no modelo anterior, nesta pedagogia o professor interfere pouco no conhecimento e age somente como um facilitador. Afirma que o aluno consegue aprender sozinho e que, desta forma, o conhecimento já vem com o educando. O professor pode propiciar um momento em que o aluno aprenda, mas esse educando realiza a aprendizagem de forma independente. Para Becker (1994, p.4) não é simples detectar a presença desse modelo. “Ele está mais nas concepções pedagógicas e epistemológicas do que na prática de sala de aula, porque esta é difícil de viabilizar”.

Essa pedagogia é denominada apriorista, pois o aluno já carrega consigo o conhecimento antes estabelecido, isto é, a bagagem do aluno é hereditária: ao nascer, o indivíduo já possui um conhecimento programado, no qual tudo já está previsto, então ele só determina uma ação (ou não) do professor. Contudo, acredita-se que o aluno alcança um *status* muito superior, enquanto o professor perde a sua função. Segundo Becker (1994, p.5):

O professor, imbuído de uma epistemologia apriorista – inconsciente, na maioria das vezes - renuncia àquilo que seria a característica fundamental da ação docente: a intervenção no processo de aprendizagem do aluno. Ora, o poder que é exercido sem reservas, com legitimidade epistemológica, no modelo anterior, é aqui escamoteado. Ora, a trama de poder, em qualquer humano, pode ser disfarçada, mas não eliminada.

Cabe ressaltar que, pelo fato de o aluno nascer com o conhecimento, aquele que não o apresenta em sala de aula torna-se um fracassado. Isso marginaliza muitos alunos, já que nem todos crescem e se desenvolvem com as mesmas chances e possibilidades na vida. Há aqueles que, por estarem em desigualdade econômica, tornam-se desprovidos na relação com os demais.

### 2.3 PEDAGOGIA RELACIONAL

Nesta perspectiva, considera-se o conhecimento prévio dos alunos e até mesmo suas expectativas. Eles não são vistos como *tabula rasa*, pois trazem consigo uma herança biológica; tanto o papel do professor quanto o do aluno são apontados como fundamentais para um ensino de qualidade. Ambos aprendem, gerando uma troca de conhecimentos e de experiências, sendo essa uma relação harmônica e de equilíbrio de funções. Segundo Becker (1994, p.9),

O professor construirá, a cada dia, a sua docência dinamizando seu processo de aprender. Os alunos construirão, a cada dia, sua discência, ensinando, aos colegas e ao professor, novas coisas. Mas, o que avança mesmo nesse processo é a condição prévia de todo aprender ou de todo conhecimento, isto é, a capacidade construída de, por um lado, apropriar-se criticamente da realidade física e/ou social e, por outro, de construir sempre mais e novos conhecimentos.

Dessa forma, supera-se a figura autoritária do professor. A sala de aula vira um lugar de descobertas, de fantasias, de imaginação. Aqui, há uma consciência de transformação, de agir para qualificar o ensino-aprendizagem e tornar os alunos cidadãos críticos e autônomos. Existe, segundo Bertrand e Valois (1991, p.152), uma “forte relação entre a experiência concreta, as condições culturais e o pensamento individual na elaboração dos conhecimentos. [...] A teoria alimenta a prática e vice-versa.” Torna-se uma pedagogia libertadora, problematizadora, onde o diálogo prepondera e o afeto se expande. Os conteúdos surgem da existência do aluno e não somente da experiência ou estudo do professor.

O professor questiona os seus alunos e se questiona. Os alunos questionam o professor e se questionam. Logo, há inúmeras construções constantemente presentes dentro do ambiente escolar, e por isso denomina-se esse modelo de epistemologia construtivista. Não existe transmissão de conteúdo ou passagem de matéria, mas sim,

criação de experiências, de hipóteses e de indagações. O estudo é mútuo, os dois lados – professor e aluno - precisam e devem trabalhar juntos.

## 2.4 OS DESAFIOS DA PEDAGOGIA RELACIONAL NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Atualmente, dentro das instituições de ensino, muito se comenta sobre a pedagogia relacional ser a ideal para desenvolver um bom exercício profissional na área da educação. Os professores querem desenvolvê-la, mas muitas vezes são tomados por situações ou circunstâncias que os deixam confusos quanto às suas ações dentro desta perspectiva pedagógica.

Isto ocorre principalmente porque os conceitos não são bem compreendidos e as práticas são debilitadas pelo reflexo da sociedade, que, embora queira direitos, não enxerga os seus deveres, influência que se constata claramente dentro de uma sala de aula contemporânea, na qual os alunos só percebem o que devem receber, não o que devem dar. Como exemplo, pode-se citar a falta de limites que hoje é tão comentada por todos.

É difícil, embora não seja impossível, manter uma relação de democracia dentro da sala de aula, com limites e regras por parte do aluno e autoridade por parte do professor. Os alunos associam a participação e questão democrática a falta de regras, e alguns professores não conseguem diferenciar muito autoridade de autoritarismo. É preciso ter equilíbrio, e cabe ao professor mostrar aos seus alunos até onde podem ir, não expondo isto com rigidez, de forma tradicional, mas apresentando-se como alguém que está ali para auxiliar e conduzir situações em que se precisa de organização. Segundo Freire (2011, p.133), “temos que demonstrar que rigor não é sinônimo de autoritarismo, e que “rigor” não quer dizer ‘rigidez’. O rigor vive com a liberdade, precisa de liberdade. Não posso entender como é possível ser rigoroso sem ser criativo”. Ainda, segundo o autor (2011, p.156):

[...] para mim, o importante é que o professor democrático nunca, realmente nunca, transforme a autoridade em autoritarismo. Ele nunca poderá deixar de ser uma autoridade, ou de ter autoridade. Sem autoridade, é muito difícil modelar a liberdade dos estudantes. A liberdade precisa de autoridade para se tornar livre. É um paradoxo, mas é verdade. A questão para mim, no entanto, é que a autoridade

saiba que seu fundamento está na liberdade dos outros; e se a autoridade nega essa liberdade e corta essa relação que a embasa, então creio que já não é mais autoridade e se tornou autoritarismo. Da mesma forma, se o lado da liberdade na dialética não atende à autoridade, porque a autoridade renuncia a si mesma, ou nega a si mesma, a tendência é a liberdade deixar de ser liberdade para se transformar em licenciosidade.

Desta forma, percebe-se o quão complexo é entender verdadeiramente esses preceitos e aplicá-los no cotidiano, o que acaba sendo um desafio a ser superado na escola contemporânea. Necessita-se de estudos nas instituições para troca de informações e aprimoramento da relação de cada professor com os seus alunos, essa que não deve ser unilateral, e sim baseada no diálogo, na compreensão e estima.

### 3 A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

A interação entre professores e alunos intervém diariamente na vida de ambos, principalmente no ensino e na aprendizagem, podendo ser esta interferência positiva ou negativa. Estas relações, muitas vezes, passam por dificuldades e obstáculos a serem enfrentados diariamente na rotina escolar. Contudo, é preciso compreender quais são essas dificuldades, assim como debater sobre o papel do professor e o papel do aluno. A partir disto, estas relações podem ser melhoradas mutuamente, com afeto e respeito.

#### 3.1 EDUCAÇÃO, LIMITES E DISCIPLINA

Torna-se cada vez mais comum escutarmos os professores a respeito de aspectos relacionados ao comportamento inadequado dos seus alunos. Esses, que são às vezes considerados clientes de uma instituição privada, a qual por sua vez está com condutas de empresa, aproveitam este fato para exercer um papel adverso e impróprio. Utilizam-se dessa relação de poder para manifestar desrespeito e falta de limites dentro da sala de aula. Essa mesma falta de limites prejudica o andamento do trabalho em classe e o desenvolvimento do indivíduo, bem como enfraquece a saúde do professor. Conforme Taille (2000, p. 53):

A colocação de limites, no sentido restritivo do termo, faz parte da educação, do processo civilizador e, portanto, a ausência total dessa prática pode gerar uma crise de valores, uma volta a um estado selvagem em que vale a lei do mais forte.

Desta forma, percebe-se o quão importante é existir o limite no contexto escolar, não apenas para aquele instante, mas para que a vida daquele sujeito em formação seja melhor, pois existem regras que devem ser cumpridas pelo ser humano em diferentes circunstâncias para uma convivência mais adequada com o próximo. Não respeitando essa prática, o homem passa a contar com a ajuda da seleção natural, a lei da sobrevivência; vence o mais forte, modificando assim os valores da sociedade em um processo degradante, cada vez menos civilizador.

O conceito de liberdade às vezes é mal-interpretado. Pode-se ter liberdade com regras, limites e respeito; ser livre e democrático não significa usar isto sem bom senso,

sem criticidade, sem controle. Atualmente, perde-se coletivamente este pensamento; poucos querem assumir responsabilidades e enfrentar obstáculos, muitos só desejam viver da maneira que consideram mais adequada, mais fácil e sem restrições. Isso é um problema grave que deve ser debatido, pois, “caso não se imponha o limite, a liberdade dada corre o sério risco de se tornar, em vez de um belo presente, um fardo a ser carregado no futuro” (TAILLE, 2000, p.69).

É fundamental estabelecer limites e disciplina na sala de aula. Disciplina não atrelada a uma educação tradicional, pois esta perspectiva carrega consigo o autoritarismo, mas compreendida como forma de organização, de colaboração e de prática de comportamentos sociais comuns e padronizados, que favorecem uma vida coletiva satisfatória; ainda, como forma de transformação em prol de algo melhor. D'Antola (1989, p. 37) explana isso da seguinte forma:

Em síntese, podemos dizer que a disciplina pode ser um dos mecanismos que colabora para a melhor organização escolar e, em consequência, para a apropriação de saber, agindo como um dos elementos de transformação que proporcionará ao sujeito maior autonomia, liberdade e senso crítico. Assim fazendo, estará, de forma muito pequena, mas estará provocando um princípio de modificações também na sociedade, já que sociedade e escola estão em contínua interação.

Ainda para o mesmo autor (1989, p.12)

[...] toda disciplina envolve autodisciplina. Não há disciplina que não gere ao mesmo tempo o movimento de dentro pra fora, como não há disciplina verdadeira se não há capacidade. O sujeito da disciplina tem de se disciplinar. Eu diria que há duas disciplinas, em relação às vezes contraditória, que marcam a diferença com a indisciplina. Quer dizer, na indisciplina, tu não tens autodisciplina nem disciplina. Quer dizer, a indisciplina é a licenciosidade, é o fazer o que quero, porque quero. A disciplina é fazer o que posso, o que devo e o que eu preciso fazer. Fazer é possível na disciplina, tornar possível o que agora é impossível diz respeito necessariamente à vida interior da pessoa. É assim que eu vejo o movimento interno e externo da disciplina. E para isso acho que a presença da autoridade é absolutamente indispensável.

Portanto, é preciso que o professor compreenda esses conceitos e teorizações para desenvolver um bom trabalho dentro da sua sala com seus alunos e que as escolas debatam limites e disciplina, que são essenciais para formar os indivíduos que a

sociedade quer. Talvez o aluno não perceba a importância disso para ele naquele momento, mas para isso serve a autoridade.

### 3.2 O PAPEL DO PROFESSOR

O professor é uma referência para o aluno, alguém que serve de exemplo e que desempenha como papel a mediação, o apoio, o auxílio. Deve ser companheiro dos seus alunos, que por sua vez devem confiar e depositar expectativas no mestre. Ressalta-se que é através dessa relação de carinho e afeto que o ritmo de desenvolvimento da criança pode acelerar, dessa forma fazendo toda a diferença no seu aprendizado e na sua própria vida. Para Marchand (1985, p.106), “o mestre presente não apenas na classe, mas também no coração do aluno, torna-se um guia seguro para a beleza e para a pureza sem necessidade de palavras”.

Essa relação se dá a partir da dedicação do professor e do interesse em encontrar estratégias que possibilitem a construção desse vínculo. Nem sempre é algo rápido e instantâneo, mas é um processo que tem tudo para dar certo; basta criar oportunidades para que isso ocorra. Assim tratado, o aluno não se sente um número, e sim um sujeito, uma pessoa única, um ser humano respeitado pelo seu ritmo próprio. Com isso, ele se considera importante para o seu mestre e para a escola; conseqüentemente, mais receptivo aos conteúdos que serão trabalhados.

O mediador deve ser hospitaleiro quanto ao sentimento das crianças, bem como quanto a suas experiências já vivenciadas, seus medos, problemas e até mesmo seus sonhos. Deve tentar chegar o mais perto possível dos alunos, conhecendo-os inteiramente, pois tal abordagem facilita a busca de um trabalho qualificado e significativo, já que a criança percebe o envolvimento do professor em seu favor, e promove uma melhor aprendizagem e um melhor desenvolvimento.

Além de mediador, o mestre precisa exercer autoridade dentro do seu espaço de sala de aula. Neto aponta que:

Caso não haja autoridade, ambas as partes perdem. O aluno que não recebe o limite necessário e o professor pode se frustrar com os resultados que tendem a piorar. Indisciplina pode gerar ainda mais descontrole. Dessa forma cria-se um distanciamento entre os dois lados dificultando o relacionamento. Ao invés de aprofundar a relação – somente possível através do adequado contato diário -, estabelece-se

a ruptura, malogrando as chances de interação, elemento fundamental para a boa relação educador-educando.

Cabe lembrar novamente que ser autoridade e ser autoritário é muito distinto. Autoridade existe na democracia, autoritarismo na ditadura. Autoridade é alguém que de certa forma ajuda, autoritário é alguém que impõe e comanda. Essa autoridade que o professor precisa ter é aliada da orientação, estímulo, incentivo. Ela é relacionada com limites e regras que devem ser coordenadas, estabelecendo o papel do educador. E, para D'Antola, no momento em que se renuncia a essa autoridade, deve-se desistir de ser professor.

Alguns professores apresentam dificuldades em estabelecer os limites e as regras no contexto escolar com seus alunos, pois muitas vezes não recebem suporte da direção e nem dos familiares, que apoiam incondicionalmente a criança, mesmo que esta esteja errada. Por quê? Porque estão pagando. Segundo Farias (2008, p.4):

No setor privado, os professores frequentemente são expostos a situações de violência que se expressa desde o desrespeito por parte dos alunos até a desconstituição da sua autoridade pelas direções. A compreensão equivocada de 'aluno cliente' na escola privada alimenta a dificuldade para transformar o ato violento em conteúdo pedagógico, que deve ser trabalhado pelas direções da escola, professores, alunos e a família.

Da mesma maneira o SINPRO considera que:

O professor, nesse contexto, é destituído de autoridade e autonomia, e essa lacuna dá margem para que o aluno mesmo ou sua família, em sala de aula, no espaço da escola ou fora dela, arbitre sobre o que é justo ou injusto, certo ou errado, segundo sua visão pessoal. A violência é assim, relativizada em seu valor de transgressão, e seus autores não se sentem transgressores: pelo contrário, agem com tranquilidade, não se julgando fora dos princípios da boa educação ou de ética, pois se conduzem de acordo com o que estipulam ser o preceito correto e legítimo.

Nessa perspectiva também se adentra na questão do estresse do professor que não sabe como conduzir estas situações sem ajuda. Isso faz com que ele canse, perca o interesse, a vontade de fazer algo diferente, de instigar a aprendizagem nos seus alunos, que é basicamente parte do seu papel. Monteiro e Dalagasperina (2012, p.22) explanam:

[...] esses profissionais precisam conviver com a desvalorização e a falta de reconhecimento de seu trabalho por muitos de seus alunos, do sistema e da sociedade, o que pode causar desmotivação, frustração e, até mesmo, o desenvolvimento de doenças decorrentes do exercício da profissão.

Com o professor doente, todos saem perdendo: os alunos, que poderiam ter um professor bom, feliz e saudável; a direção, que ficará com problemas pendentes; a família, que antes tinha um conforto quanto ao ensino e aprendizagem da criança; e, é claro, o próprio professor, que queria estar bem, motivado e fazendo a diferença na vida dos seus alunos. Essas tensões tornam o papel do professor restrito, pequeno, específico. Ele apenas dá conteúdo, pois não consegue tornar o ambiente propício para novas descobertas. O papel do professor é tão lindo, tão significativo, tão intenso, que acaba sendo um desperdício a existência de momentos em que não se possa aproveitá-lo. É preciso ter coragem para enfrentar essas situações e continuar buscando a construção de uma relação forte com os alunos.

### 3.3 O PAPEL DO ALUNO

É muito comum olhar somente para o papel do professor e culpá-lo de tudo que ocorre, seja certo, seja errado. Mas e o aluno? E o seu papel? Ele também é fundamental no processo de ensino-aprendizagem dentro do ambiente escolar. Esse papel, muitas vezes esquecido ou deixado de lado, é indispensável no interior da sala de aula. Por quê?

É preciso entender que o aluno é um sujeito que deve ser ativo na construção do seu conhecimento, e que aprender não depende tão e somente do professor, mas do aluno também, que precisa refletir, indagar e adquirir uma boa formação. Para isso, conta-se com a participação dele, que deve ter certeza de que pode se expressar, conversar, expor suas opiniões e, conseqüentemente, contribuir para o andamento da aula. Os momentos de interação dentro da sala devem ser oportunizados; desta forma, o aluno pode dialogar, trocar experiências e relacionar-se com os outros.

Assim, o aluno colabora para que as aulas também sejam mais dinâmicas, mais entusiasmadas e com clima favorável à aprendizagem. Entretanto, ele necessita compreender o porquê de estar indo à escola, de estar sentado naquela cadeira, de estar conhecendo algo novo; entender não só que é melhor para ele, mas o porquê de ser

melhor para ele. Isso facilita que ele se doe inteiramente, que ele mesmo fomente sua vontade de aprender mais e auxilie também no planejamento cotidiano do professor.

Além disso, é importante ele se respeitar e saber respeitar os seus colegas, seus professores e demais funcionários. E respeitar é também saber cumprir regras, compreender limites, saber que ele possui responsabilidades. Não é porque o professor possui uma concepção problematizadora, construtivista e deixa o aluno se manifestar de forma livre que ele pode fazer o que quer e no momento em que quer. Ele deve estar atento às normas de convivência, que devem inclusive ser estabelecidas com ele.

Nesse sentido, é significativo não considerar, dentro das escolas particulares, o aluno como cliente, pois antes de tudo ele é sujeito, antes de tudo ele é um futuro cidadão que está em formação. Cliente é aquele que compra um produto, e, como visto anteriormente, a educação é muito mais do que um produto e uma mercadoria; envolve ensino, envolve aprendizagem, envolve relações. O aluno precisa saber e sentir isso, mas como irá entender se as instituições e os familiares não contribuirão? Se eles, ao contrário, muitas vezes apoiam um comportamento do aluno que comande a sala de aula porque está pagando e, portanto, faz o que deseja? O aluno tem muito mais deveres do que simplesmente ser cliente, pagar as escolas. Ademais o cliente, segundo o senso comum, sempre tem razão, e o aluno nem sempre tem razão. Segundo Correia:

Não é sem razão que a escola passou a ser vista como empresa, o estudante veio a ser compreendido como cliente e os profissionais da educação foram trazidos à equiparação a quaisquer outros trabalhadores da iniciativa privada. O mote 'o aluno está pagando, ele tem direito' evidencia essa operação que se encerra na ênfase ao mercado e na desfocalização da educação como bem de cidadania.

Desta forma, deve-se pensar e repensar estas questões que descuidam dos reais papéis (educação, professores e alunos) e que possivelmente interferem na relação professor-aluno dentro da sala de aula.

#### 4 METODOLOGIA

O presente estudo se ampara nos princípios da pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico ilustrado com trabalho de campo. Entende-se por pesquisa qualitativa aquela em que se considera a existência da relação entre o mundo real e o sujeito. Para Suely, Neto, Gomes e Minayo (1994, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...] Ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

E, segundo os autores Lüdke e André (1986, p.13):

A pesquisa qualitativa ou naturalística, segundo Bodgan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Considera-se a pesquisa qualitativa ideal para a reflexão de ações e relações humanas. A escolha por uma pesquisa bibliográfica foi devida à possibilidade do embasamento com questões teóricas já analisadas por outros estudiosos e presentes em livros, artigos e variados materiais. Contudo, era necessário algo mais profundo, por ser um problema que aborda algo recente e de presença constante nas escolas, o que levou a optar também pelo estudo de campo. Suely, Neto, Gomes e Minayo (1994, p.61) referem esta relação do foco teórico com o foco investigador:

A plena realização de um trabalho de campo requer, como vimos anteriormente, várias articulações que devem ser estabelecidas pelo investigador. Uma dessas diz respeito à relação entre a fundamentação teórica do objeto a ser pesquisado e o campo que se pretende explorar. A compreensão desse espaço da pesquisa não se resolve apenas por meio de um domínio técnico. É preciso que tenhamos uma base teórica para podermos olhar os dados dentro de um quadro de referências que nos permite ir além do que simplesmente nos está sendo mostrado.

A partir disso, além do estudo de textos para compreensão do assunto problematizado, foi mantido contato direto e pessoal com o ambiente escolar, professores e a situação investigada, com a coleta de dados e sua análise. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores, para possibilitar acesso a informações através de perguntas que, em princípio, foram seguidas conforme o planejado, mas exploradas individualmente pelos entrevistados, de forma livre e sem condicionamento a um padrão específico, sendo totalmente flexível. Assim foi preciso atenção para ouvir os comentários, que foram registrados através de gravações, tendo havido intervenção somente quando necessário para que o entrevistado se sentisse estimulado e pudesse expressar o que pensou. Lüdke e André (1986) acreditam que a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

Após o período de entrevistas e coleta de dados, foram seguidos os passos sugeridos por Lakatos e Marconi (2010, p. 150):

Seleção: o exame minucioso dos dados. De posse do material coletado, o pesquisador deve submetê-lo a uma verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas, que podem prejudicar o resultado da pesquisa. [...] Codificação: a técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Mediante a codificação, os dados são transformados em símbolos, podendo ser tabelados e contados. [...] Tabulação: a disposição dos dados em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles. É uma parte do processo técnico de análise estatística, que permite sintetizar os dados de observação, conseguidos pelas diferentes categorias e representá-los graficamente.

Com esse procedimento foi possível interpretar os dados de forma mais rápida e aproximar a teoria da prática, relacionando-as e comparando-as, para compreender esses processos e responder ou não ao problema inicial proposto, por meio da análise dos resultados que esta metodologia proporcionou.

#### 4.1 COLETA DE DADOS

O trabalho de campo foi realizado em quatro instituições privadas distintas, com missões e visões próprias. No total, foram realizadas nove entrevistas por meio de oito

questões, com professores do Ensino Fundamental, aqui denominados de “A” a “I”. Estes se disponibilizaram a dar suas opiniões, contribuindo assim para o andamento do trabalho. Ressalta-se que têm idades diferentes, bem como diferentes tempos de exercício profissional, o que qualifica ainda mais as respostas de pontos de vista particulares.

Primeiramente foi perguntado se possuíam autonomia dentro da sala de aula, e quase a totalidade respondeu afirmativamente. O professor A inclusive referiu duas formas de autonomia: na relação com seus alunos e nas decisões quanto aos conteúdos a tratar dentro da sala de aula; os demais apenas refletiram sobre a segunda opção. Somente a professora F deixou claro que não tem autonomia, uma vez que é obrigada a cumprir conteúdos e adotar livros didáticos o tempo inteiro, não podendo realizar atividades que fujam muito disto. Inclusive os pais reclamam que ela usa pouco o caderno, mas a professora se sente sem alternativa, pois precisa de tantos em tantos dias estar com capítulos dos livros terminados. Enquanto esta professora abordou claramente o fato, a professora D, que é da mesma escola, disse ter autonomia, embora de uma forma diferente, pois não pode tomar nenhuma decisão sozinha, somente com as professoras que trabalham no mesmo ano com outras turmas.

Para a segunda questão, sobre a relação que tinham com seus alunos, houve palavras diferenciadas, mas esboçadas de forma carinhosa. Para o professor A, sua relação é excelente e exercida além da sala de aula; segundo suas próprias palavras, “a gente acaba conversando também fora da aula; a gente acaba tendo uma relação diferente, não só de professor/aluno; a gente não vira amigo, mas acaba sendo uma relação de companheirismo também. Então, por exemplo, tem aquele aluno que tu sabe que tem uma dificuldade, que tem algum tipo problema ou que tá acontecendo alguma coisa na vida dele, então tu entende por que ele não fez aquela atividade, por que ele não fez o trabalho, por que ele foi mal naquela prova”. O professor B comenta que aprendeu que não adianta os alunos terem medo ou receio de falar algo; é preciso se aproximar dos alunos, e isso pode ser realizado de diferentes formas: “alguns é pelo afeto, alguns é ‘pelo puxão de orelha’, mas sempre tendo uma relação boa e eles percebendo que eu quero ajudá-los e não que eu quero mandar neles”.

As professoras C e D, embora não trabalhem com o mesmo ano escolar dos alunos, falam do quanto gostam de trabalhar pela faixa etária em que se encontram, demonstrando satisfação com a relação por se identificarem nesse trabalho, enquanto a professora F destaca que, por mais que tente deixar a relação o melhor possível dentro

da sala de aula, algumas situações a partir da interferência dos pais e da própria direção da escola, atrapalham, pois ela não sente liberdade para fazer nada: “aqui eu não posso ficar porque vai dar problema com tal pai e vai dar incomodação, então não posso fazer nesse momento... com o fulano não faz tal e tal coisa porque o pai dele não quer”. Os demais professores declararam que suas relações são de afeto, respeito e confiança, baseadas na transparência, abertura e franqueza.

A terceira resposta, referente à relação com a direção pedagógica, foi muito semelhante para todos os entrevistados, que disseram ser boa e com encontros produtivos. Comentaram que a direção exerce bem o seu papel e os auxilia quando necessário. As respostas das professoras D e F foram interessantes, pois a primeira afirmou que é grande a cobrança no sentido de que tudo seja entregue na data certa, independente de a turma ter estado preparada e conseguido realizar as atividades, ressaltando que os alunos possuem ritmos diferenciados e que por isso é complicado estipular tarefas com o mesmo tempo para ambas as turmas. A segunda referiu a questão de hierarquia, o fato de a relação não ser muito direta, mas muito protocolada; ela citou um exemplo: “um pai foi falar com a diretora para falar de algo da sala de aula, então a diretora chamou a psicóloga e a psicóloga veio falar comigo; então por que a diretora não me chamou pra conversar?”. Essas duas respostas mostram uma realidade escolar diferente da dos demais professores, que possuem maior apoio e se sentem à vontade na relação.

A próxima pergunta era como estabeleciam a autoridade dentro da sala de aula, e as respostas foram bem peculiares. Cada um relatou a sua maneira de lidar e como havia chegado até ela. O professor A comentou que às vezes não tem como fugir de ser mais duro ou de fazer algum tipo de chantagem, mas que acaba tendo autoridade a partir da confiança dos alunos e de ele mesmo se afirmar como professor ou como alguém que está ali pra educar. O professor B destacou que aos poucos foi aprendendo a lidar com a questão da autoridade. Comentou: “Eu acho que já estabeleço autoridade só pela minha altura, mas não tento botar minha autoridade gritando. No início eu fazia isso e depois percebi que isso não faz tu ter autoridade; pelo contrário, faz eles não gostarem de ti e não te respeitarem. Aí hoje em dia eu prefiro conversar; se tá tendo muito barulho, muita bagunça, prefiro ficar em silêncio, levantar minha mão e ficar esperando eles ficarem em silêncio até eles mesmos perceberem que precisam ajudar dentro da sala de aula”. A professora C disse que, pelo método aplicado por toda a instituição na formação dos professores, os alunos precisam ficar em silêncio e precisam

entender isso; e, para que isso ocorra, são utilizadas técnicas que acabam estabelecendo a autoridade como consequência, então a forma de aprendizagem contribui para isso. A professora D articulou que deixa claro para os alunos, através de conversas, que algumas decisões quem toma é ela porque eles não tem maturidade ainda para optar, mas que, quando ela acha que se podem fazer votações, eles votam; e a partir disso eles conseguem entender a relação professor-aluno e assim ela estabelece autoridade. O professor E também lembrou esta questão da maturidade, pois disse que a autoridade dele vem de uma postura adequada, segundo ele “de adulto”, “porque é quem vai conduzir determinados processos, quer seja cognitivo, quer seja social, então é de se manter e se garantir desta forma, dessa maneira o aluno respeita e sabe que o professor tem autoridade na sala de aula”. A professora F disse que a autoridade dela parte de regras que já são estabelecidas no momento em que a criança entra na escola e que, portanto, sabem exatamente o que pode ser feito ou não. Em sua opinião isso não é bom, pois eles deixam de agir por medo: eles têm medo de errar, medo de levar uma advertência, e assim ela não pode nem conversar com seu aluno para entender por que ele fez algo: ele simplesmente passa pela norma da escola e sofre as consequências do seu ato. Ela discursou: “a criança sabe até onde ela pode ir por isso, porque é tudo muito controlado”. Para as professoras G e H a autoridade é estabelecida através do respeito e, para professora I, pelo diálogo.

Depois, os professores foram questionados sobre o papel dos seus alunos e todos o consideram fundamental. Para o A, “o aluno tá ali, tem sua identidade sendo construída e também tem opiniões; ele consegue conversar, então eu acho que é importante pra mim que o aluno participe da aula de uma forma ativa também”. Para o professor B, “sem eles não tem como dar aula, né, eles têm que ser o centro da aula e não eu, a aula tem que ser feita para que eles se façam questionamentos, perguntas e dúvidas; a gente tem que instigar eles para que eles venham atrás”. Já para a professora C, por eles terem uma metodologia diferenciada, o aluno não possui um papel investigador e crítico; ela disse: “se eles são questionadores? menos, menos questionadores, eles são mais disciplinados, ‘eu devo fazer isso’, ‘eu tenho que cumprir tais coisas’, diferente de criar opiniões, de serem mais críticos, ligados na realidade”, então ela entende que eles gostam de brincar, mas que por estarem na instituição há mais tempo, já conseguem compreender que a forma é de muita produção e menos brincadeira, assim se desenvolvendo o papel do aluno, de produção.

A professora F comentou que seus alunos “estão ali para aprender, muito pouco para trocar” e que quando ela consegue fugir do que precisa cumprir, ela tenta fazer com que troquem o máximo que der. Então, naquele ambiente, segundo suas palavras, “o papel do aluno é seguir o livro didático, só para aprender”. Para a professora H, o papel dos seus alunos está relacionado com o início de organização, início de descobertas, início de maturidade, por estarem no primeiro ano. E, para a professora I, o papel dos alunos, pelas transformações ocorridas na educação, é muito mais importante que o dela, que está ali somente para mediar; então ela os enxerga como os que levam as sugestões, as dúvidas, as curiosidades, fazendo com que a aula seja mais prazerosa e saudável.

Na sexta pergunta, sobre como os professores descrevem o seu papel dentro da sala de aula, as respostas foram diversas, apesar de todas o considerarem essencial. O professor A disse que seu papel é importante para a construção do caráter e personalidade do aluno e que gosta de poder ser exemplo, relacionando seu papel com a construção de identidade dos alunos. O professor B falou que seu papel é passar um pouco o conhecimento que tem e fazer com que os alunos o utilizem para criar seu próprio conhecimento e sua forma de pensar. A professora C novamente relacionou seu papel com o método utilizado na instituição em que ministra a aula, pois é carinhosa, mas precisa ser controladora também; ela se considera observadora, mediadora e descentralizadora. A professora D disse que seu papel é transmitir conhecimento e ao mesmo tempo incentivar e motivar. Conforme suas palavras, “o professor precisa dominar a teoria e precisa saber ensiná-la, mas ele também tem que ter a questão da motivação e a questão do incentivo”. O professor E trouxe algo interessante, pois acredita que o seu papel não é somente de ser professor e sim educador; ele acredita que ser educador é muito mais abrangente, pois “é aquele que traz para o aluno experiências, experiências próprias, experiências de outras pessoas, que não só estão relacionadas com o conteúdo, de trazer coisas para que haja maturidade, para que haja trocas”. Para a professora F, naquela escola, seu papel é restrito, é simplesmente de transmitir conteúdos; esse é o maior objetivo e é isso que faz lá dentro, diferentemente da professora G, que enxerga seu papel como referência para os alunos, que muitas vezes precisam de afeto e presença do adulto, além de todo aspecto cognitivo. Ainda neste questionamento, enquanto a professora H afirmou que seu papel é fazer com que os alunos consigam acreditar que é importante estar ali, ler e escrever, a professora I

remeteu-se muito à questão da mediação: “mediar conflitos, mediar aprendizagens, potencializar algumas questões que eu enxergo, estimular outras tantas”.

Quando questionados na sétima pergunta se a escola em que trabalhavam possuía uma concepção de educação como mercadoria, a maioria respondeu primeiramente que não, mas, pela continuação da resposta, falaram claramente que sim. Na verdade, grande parte colocou também sua opinião. O professor A disse que a escola tem e não tem tal concepção, que é possível ver que existe este pilar, mas que não é o único, que existe também um olhar sobre o aluno. O professor B e a professora C relacionaram isso diretamente com a questão financeira; o primeiro disse que seu trabalho nesse sentido nunca está bom e que sempre se precisa de novos projetos para atrair mais alunos, e a segunda comentou que ouve muito que deve cuidar para que não saiam mais alunos. A professora D comentou que na sua escola não tem essa concepção porque vai somente até o nono ano, e ela acredita que essa concepção esteja muito relacionada ao vestibular e com a mensalidade alta do ensino, sendo o aluno, a partir daí, considerado cliente.

Os professores E, F e H afirmaram que sabem que hoje em dia existe a questão de a escola ser considerada uma empresa, que a educação virou um produto, mas que eles não veem dessa maneira e que isso não aparece diariamente para eles. Somente a professora I respondeu negativamente à questão e, complementando sua resposta, deu a entender que realmente a escola não possui essa concepção por se preocupar com a qualidade do ensino e não com o pagamento, até porque possuem não pagantes também e todos são tratados da mesma forma. A professora G foi a única que achou que essa concepção já existiu, mas que não existe mais, e lembrou uma situação que viveu há alguns anos, quando um aluno disse que pagava o seu salário: “Eu disse ‘não senhor, quem paga o meu salário é a mantenedora do colégio. O teu pai sim paga um trabalho, uma prestação de serviços pra mantenedora, que aí paga o meu salário, mas você não é o meu patrão, está enganado’. Mas acho que essa relação se dissolveu; sabe, hoje não é mais essa visão, tem alguns pais que são equivocados”. E a partir daí relacionou o fato de os pais sim acharem que são donos da escola por pagarem.

Para a última pergunta, se a relação dentro de sala de aula entre o professor e o aluno era modificada por essa concepção, o não foi unânime. Todos responderam que isso não chega na sala de aula, que fica implícito mas não explícito. O professor A inclusive afirmou que é através da sua autoridade e da sua autonomia que não deixa que isso vá para a sala de aula, pois percebe que os alunos se acham donos do colégio. O

professor B disse que a relação dele com os alunos não muda, mas o funcionamento da aula sim se modifica. A professora C, que dá aula para um segundo ano, disse: “não, nunca, eles são pequenos ainda, é diferente dos pais, que são o maior problema, porque as crianças são crianças em qualquer lugar e não entendem essa relação, e o adulto força muito a barra nesse sentido, ‘eu pago’”. O professor E considera os alunos seres humanos, e não pagantes, por isso nada se modifica, e a professora G, lembrando o fato do aluno que disse que pagava o seu salário, comentou: “quando aconteceu o caso do aluno que disse que pagava meu salário, nós fomos para a coordenação, esclarecemos exatamente o que tinha que ser esclarecido, e tranquilo, continua igual. Porque assim, olha o que acontece, nós estamos fazendo uma vivência, certo? Eu entrando em sala de aula e aconteceu lá um imprevisto, o aluno fez alguma coisa que não deveria ter feito. Depois que eu conversei com ele, depois que foi resolvido o problema, rasga e põe no lixo, tu não pode marcar, não pode rotular, não pode marcar uma pessoa por alguma bobagem que ela tenha feito, porque senão... A gente erra, então tem que recomeçar. Educação é todos os dias recomeçar, todos os dias reavivar a memória, para que a gente cresça”. A professora H falou que a concepção não influencia as relações dela porque fica subentendida, e as professoras I, D e F simplesmente falaram que não é modificada, sem maiores explicações.

#### 4.2 ANÁLISE DE DADOS

Após esta coleta de dados, foi possível tirar algumas conclusões iniciais e, ao mesmo tempo, fazer novas indagações. Inicialmente percebe-se, pelas respostas à primeira pergunta, que os professores consideram ter autonomia e acreditam compreender o significado disto. Entretanto, duas professoras pareceram não possuir autonomia na sala de aula; uma deixou isto claramente explicado e a outra disse que tem autonomia, porém no decorrer da resposta ficou claro que não, pois não pode fazer nada sozinha, sem acompanhamento e sem estar de acordo com o planejamento de outras professoras. Mas e como fica a qualidade do ensino com isto, se é comprovado que os alunos possuem tempos de aprendizagem diferenciados? E as características de cada grupo de alunos, que não são as mesmas? E a vontade do professor fazer algo diferente, inovador, que faça mais sentido para os seus alunos e não para todos do mesmo nível escolar? É aí que se encontra a importância de o professor ter realmente autonomia

dentro da sala de aula e tomar decisões que favoreçam aquela turma e aqueles alunos. E, nesse sentido, a compreensão que se tem do conceito de autonomia é de liberdade, independência, maturidade para resolver, solucionar e decidir algo.

Apareceu algo essencial quando se discutiu a relação dos professores com seus alunos: ficou claro que eles se preocupam muito com ela e fazem de tudo para que se consolide da melhor forma possível. É bonito ver essa luta dos professores para cativar e estar sempre em harmonia com seus alunos, apesar das dificuldades diárias. Mostrou-se claramente a pedagogia relacional, na qual existe um ambiente de pura troca entre aqueles envolvidos no ensino e aprendizagem, uma relação proveitosa e prazerosa de se abraçar. Infelizmente uma professora comentou que sua relação é boa, mas que sofre muita interferência dos pais e da direção da instituição - o que prejudica o todo, pois é algo que restringe sua atuação, não existindo nenhuma atividade em sala de aula para contribuir com o vínculo. Mas é necessário que a professora, dentro desse contexto, tente ainda sim se aproximar dos alunos, para fazer valer o seu papel e o papel deles. Se não houver proximidade, todo o restante, seja de conteúdos, seja das demais relações, fica debilitado. Por mais difícil que seja, é preciso encontrar uma saída e se enturmar com os alunos a fim de aperfeiçoar e melhorar o ensino e a aprendizagem. Deve-se dialogar muito com a direção para compreender o que está havendo e se é possível algumas atitudes mudarem.

Assim, pode-se destacar a magnitude de uma relação positiva com a direção pedagógica da escola, pois é a partir dela que o professor consegue se sentir acolhido, motivado e estimulado. É da confiança dela no profissional que pode resultar um bom trabalho para ambas as partes. Nesta pesquisa, quando se perguntou sobre a relação com a direção pedagógica, a resposta de uma das professoras foi relevante, pois comentou a cobrança que é feita dela e dos outros professores, cabendo acentuar que a cobrança é necessária se ela não for sufocadora. O professor, assim como qualquer outro profissional, precisa ser exigido, cobrado e solicitado, pois faz parte de qualquer processo qualificado de ensino. Mas somente cobrar, sem estar junto, presente, apoiando e sem limites, não faz sentido, só deixa o professor mais cansado, mais estressado, esgotado, sem vontade de estar ali. E também é oportuno salientar a questão da hierarquia que apareceu na fala da outra professora, pois na educação os indivíduos não podem se sentir superiores aos outros pelos seus cargos; todos têm papéis cruciais e precisam se relacionar. Pelas palavras da professora é possível sentir como ela lamenta isso e se sente incomodada com essa situação, pois não há uma relação em que todos

são aprendizes, mas uma relação com desvios e com afastamentos que só fazem com que o professor fique ainda mais insatisfeito. Será que a direção não percebe que isso não é saudável? A que ponto chegará?

Na questão sobre autoridade, surpreendeu o fato de nenhum professor ter mencionado a dificuldade de estabelecê-la hoje em dia pela falta de limites dos alunos, que é algo normalmente referido explicitamente por todos. Todavia, cada um mostrou a sua forma de organização e de como concebe essa autoridade, alguns descobrindo aos poucos, conforme a turma e o andamento da aula, e outros por formas já estabelecidas anteriormente pela escola, como as regras e normas que indicam aos alunos até onde podem ir, de certa forma facilitando o trabalho do professor. Pelo menos todos eles consideram importante ter essa autoridade e conseguem ter o respeito do aluno, que é primordial.

Quanto ao papel dos alunos, as respostas condizem exatamente com o estudo teórico anteriormente realizado, pois os entrevistados, em sua maioria, consideram que o educando deve também ser ativo, reflexivo e fazer parte da educação. Não ser cliente, mas ser sujeito. Ser alguém no processo de ensino. As professoras que não responderam desta forma se basearam no papel do aluno dentro daquelas instituições específicas e não em geral, aparecendo o aluno disciplinado, focado no conteúdo, sem trocas, sem a presença das vivências e sem o diálogo com o professor, remetendo a pontos de vistas muito tradicionais.

O papel do professor encontrado na pesquisa também está de acordo com o estudo bibliográfico anterior, pois todos acreditam na mediação e na importância para formação de um cidadão. As professoras que afirmaram passar conteúdo e ser controladoras parecem sofrer com isso e ter outra visão, pois é a condição da escola, mas elas não são obrigadas a permanecer e a aceitar isso. Inclusive surgiu o comentário de uma delas, a partir dessa declaração, de que estaria extremamente estressada com essa situação, pois ela acaba não cumprindo realmente o papel que imagina que um professor tivesse que ter e desenvolver.

Com a questão da concepção de educação como mercadoria, se existe ou não, surgiram novas indagações. Os professores entrevistados falaram imediatamente que não, mas aos poucos foram surgindo respostas que se aproximavam do sim. Será que realmente eles pensam que não? Para alguns, é evidente que existe, mas é algo que fica subentendido, que fica implícito, que fica escondido no meio de outras concepções que são desenvolvidas juntamente com essa. Fica claro que há uma preocupação das

instituições com o aspecto financeiro e, conseqüentemente, com a questão de o aluno ser considerado cliente, mas é algo que não chega ao trabalho dos professores, não aparece talvez de forma direta.

E então a última pergunta já é respondida pelos professores no sentido de que a relação professor/aluno não se modifica por essa concepção, pois eles não os veem assim e não permitem que isso atrapalhe e influencie todo um trabalho. É nítido que isso aparece por conta da autoridade e dos limites que são estabelecidos pelos professores, que não permitem que os alunos “abusem” da relação por serem filhos de quem paga a escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema tratado neste estudo, a relação professor-aluno e a concepção de escola como empresa e aluno como cliente, centraliza de inúmeras críticas e comentários por parte dos profissionais que atuam na educação. Mas, na maioria das vezes, tais críticas são expostas de forma oral e não por escrito mais especificamente analisadas com rigor de pesquisas. Essa foi uma das razões que desafiaram ainda mais para a realização do presente estudo, pois certamente, é um tema que pode contribuir para a área. Ao mesmo tempo em que isso é motivador, é preciso ter consciência que o esforço e a dedicação são praticamente dobrados, pois é muito mais difícil encontrar referenciais teóricos que embasem e que encaminhem para a solução do problema proposto, até porque não há protocolos para a resolução de problemas quando se trata de educação.

A base teórica desta investigação contou com alguns autores principais, como Becker, Bertrand e Valois, que se referiram em algumas de suas pesquisas às distintas maneiras de estabelecer relações nas diferentes pedagogias. O estado da arte colaborou para que se esclarecesse o que é uma pedagogia diretiva, o que é uma pedagogia não-diretiva e o que é uma pedagogia relacional, bem como aprofundamento nossa compreensão sobre o comportamento de alunos e professores nessas concepções.

Também se procurou identificar e analisar os desafios atuais em educação (limites e disciplina), o papel daqueles professores e alunos que hoje estão dentro da sala de aula. Para tanto, foram utilizados autores como Taille, D'antola, Marchand e o SINPRO – Sindicato dos Professores – para entender de uma forma mais consistente essas funções e os acontecimentos relacionados ao comportamento diário de professores e alunos.

Além dos aspectos teóricos, contou-se com a metodologia de pesquisa de campo, pois era preciso investigar estes questionamentos na prática docente. Assim, nove professores de Anos Iniciais da rede particular de ensino foram entrevistados contribuindo para que o trabalho tivesse êxito. Não foi uma tarefa fácil encontrar tantos professores que se disponibilizassem a conceder essa entrevista uma vez que muitas instituições não abriram espaço para que se conseguisse ter contatos com eles e, em alguns casos, quando era permitido, muitos professores reclamavam da falta de tempo e de uma forma delicada, de interesse. Nesse contexto, pode-se perceber que muitos possuem medo de responder, acreditando que serão avaliados ou mal interpretados por suas respostas embora inicialmente seja explicado que tudo permanece em sigilo.

Portanto, esta foi sim a parte demorada do trabalho, pois dependia também de outros indivíduos.

As perguntas das entrevistas, relacionadas diretamente com o estudo teórico realizado, valeram para que outras pressuposições surgissem uma vez que a questão inicial, pautada na crença de que a relação professor-aluno se modificasse pela concepção de escola-empresa e aluno-cliente, conforme dados oriundos da pesquisa de campo, não foi observada. Refletindo sobre os resultados, estes foram considerados positivos, pois ao contrário do que se imaginava primeiramente, verificou-se que os professores, apesar de saberem que existe o termo escola/empresa, educação como mercadoria e aluno como cliente, não permitem que isso influencie e modifique sua relação com os alunos, justamente por que aproveitam da sua visão pessoal de educação, bem como dos seus interesses dentro da sala de aula, utilizando autoridade e autonomia, para não deixar que isso ocorra.

Para a pesquisa isso foi surpreendente e prazeroso ao mesmo tempo, pois é bom enxergar que o professor enfrenta as dificuldades diárias, mas ainda sim ama o que faz e luta pela melhor relação possível com os seus alunos, independente se os pais pagam ou não a instituição. Os professores entrevistados comentaram muito a respeito dos pais nesse tema, e por isso poderia se propor uma nova pesquisa que focasse na relação da escola com os pais e não dos professores com os alunos.

Acreditamos que o papel essencial do professor é ou deveria ser de exemplo, de mediador, de companheiro, de criador de um espaço adequado para que ocorra o ensino e a aprendizagem. Mas, sobretudo, o professor deve criar vínculo com os seus alunos, pois somente assim conseguirá ser respeitado pelos mesmos, facilitando o estabelecimento de uma legítima autoridade em sala de aula e, conseqüentemente, fazendo com que os seus alunos o entendam e tenham limites. Esses aspectos podem e devem estar presentes constantemente em uma pedagogia relacional, democrática, crítica e dialógica.

Assim, pode-se dizer que este trabalho foi gratificante e estimulante do início ao final, acrescentando muito conhecimento e gerando muito crescimento tanto pessoal quanto profissional. O estudo foi fundamental, pois foi possível destacar esses questionamentos através da escrita e não somente em conversações diárias entre os professores, porque é também primordial estar atento a novas descobertas, novas ideias, novas dúvidas e novas soluções. Espera-se que os professores continuem estabelecendo boas relações dentro da sala de aula com os seus alunos e que continuem buscando

amadurecimento, pois a educação está em constante transformação e a cada época, surgem mais métodos e comprovações que impulsionam para o avanço e o progresso.

Da mesma forma, espera-se que os alunos desenvolvam cada vez mais profundamente o reconhecimento dos seus professores. Em síntese, aluno e professor, lugares diferentes, mas companheiros de uma mesma jornada.

## REREFÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **O desejo de ensinar e a arte de aprender**. 4ªed. Campinas: Editora Modelo LTDA, 2007.
- AMARAL, Mirian Maria do.; VERGARA, Sylvia. **O “aluno-cliente” nas instituições de ensino superior: uma metáfora a ser banida do discurso educacional?** Rio de Janeiro: 2011.
- BECKER, Fernando. **Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos**. Disponível em: <[http://livrosdamara.pbworks.com/f/Educacao\\_e\\_Realidade-1.pdf](http://livrosdamara.pbworks.com/f/Educacao_e_Realidade-1.pdf)> . Acessado em: 09 de março.
- BERTRAND, Yves; VALOIS, Paul. **Paradigmas Educacionais: escola e sociedades**. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 1991.
- CORREIA, Wilson. **Escola: desafios à vista**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/educacao/escola-desafios-vista.htm>>. Acessado em: 19 de maio.
- D’ANTOLA, Arlette; org. **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <[http://www.bahai.org.br/direitos/Decla\\_Univer\\_Dir\\_Hum.htm](http://www.bahai.org.br/direitos/Decla_Univer_Dir_Hum.htm)>. Acessado em: 08 de junho.
- FARIAS, Cecília. **Violência e Educação**. Correio do Povo, Porto Alegre: Editoria de Opinião, 2008. Disponível em: <[http://www.sinpro-rs.org.br/arquivos/Artigo\\_Cecilia\\_abril08.pdf](http://www.sinpro-rs.org.br/arquivos/Artigo_Cecilia_abril08.pdf)>. Acessado em: 27 de abril.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- LDB Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acessado em: 09 de junho.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCHAND, Max. **A afetividade do educador**. São Paulo: Summus, 1985.
- MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MONTEIRO, Janine Kieling; DALAGASPERINA, Patrícia. **O estresse do professor no ensino privado**. Revista Textual: 2012.

MOSQUERA, Juan Jose Mouriño. **Educação: novas perspectivas**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1975.

MÜLLER, Jorge. **Escola e Código do Consumidor**. Disponível em: <[http://www.sinepe-rs.org.br/core.php?snippet=artigos\\_interna&id=619](http://www.sinepe-rs.org.br/core.php?snippet=artigos_interna&id=619)>. Acessado em: 17 de março.

NETO, Armando Correa de Siqueira. **Motivação e Autoridade na relação Educador-Educando**. Disponível em: <[http://www.sinepe-rs.org.br/core.php?snippet=artigos\\_interna&id=11484](http://www.sinepe-rs.org.br/core.php?snippet=artigos_interna&id=11484)>. Acessado em: 14 de janeiro.

SINPRO RS. **Violência contra os Professores**. Disponível em: <[http://www.sinpro-rs.org.br/cepep/Violencia\\_contra\\_os\\_professores.pdf](http://www.sinpro-rs.org.br/cepep/Violencia_contra_os_professores.pdf)>. Acessado em: 17 de março.

SUELY, Ferreira Deslandes; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

TAILLE, Yves de La. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 2000.

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e Afetividade da Criança na Teoria de Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1997.

ZABALZA, Miguel. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

## ANEXO

### ANEXO A – Perguntas das Entrevistas

- 1) Você tem autonomia dentro da sala de aula? Justifica.
- 2) Como é sua relação com seus alunos?
- 3) Como é sua relação com a direção pedagógica da escola?
- 4) Como estabelece autoridade dentro da sala de aula?
- 5) Como enxergas o papel dos teus alunos dentro da sala de aula?
- 6) Como enxergas o teu papel dentro da sala de aula?
- 7) A tua escola tem uma concepção de educação como mercadoria? Caso sim, de que forma isso influencia o teu trabalho?
- 8) E a tua relação com os teus alunos é modificada por essa concepção?